

---

# A OBLITERAÇÃO DA CULTURA E A NATURALIZAÇÃO DA ESCOLHA NAS CONFABULAÇÕES DA PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA

*Susan McKinnon*

*Universidade da Virgínia – Estados Unidos*

**Resumo:** *Nas últimas décadas do século vinte, duas formas radicalmente opostas de retratar culturalmente o parentesco emergiram, de um lado, nas narrativas da psicologia evolucionista e, de outro, naquelas das novas tecnologias biogenéticas. Ambas são peculiarmente influenciadas por uma obsessão euro-americana com escolha, mas movem-se em direções opostas. Enquanto Marilyn Strathern (1992) tem argumentado que as novas tecnologias reprodutivas “hiper-sofisticam” a natureza – tomada como biologia – dissolvendo-a num transbordar de escolhas, eu alego que os psicólogos evolucionistas “super-simplificam” a cultura – tomada como escolha pessoal – dissolvendo-a em seleção natural/sexual e “mecanismos” psicológicos inatos. Enquanto outros pesquisadores consideraram as transformações culturais engendradas pelas tecnologias reprodutivas e biogenéticas, neste artigo eu proponho analisar o emaranhado de analogias, pressupostos, omissões, e saltos lógicos e imaginativos que possibilitam a super-simplificação da cultura perpetrada pela psicologia evolucionista no seu tratamento reducionista de parentesco e gênero, além de mapear algumas das conseqüências daquela narrativa.*

**Palavras-chave:** *debate natureza/cultura, gênero, parentesco, psicologia evolucionista.*

**Abstract:** *During the waning decades of the twentieth century, two radically opposed cultural accounts of kinship emerged in the narratives of evolutionary psychology, on the one hand, and in those of the new reproductive and biogenetic technologies, on the other. Both are peculiarly inflected by a Euro-American cultural obsession with choice, but they move in opposite directions. Whereas Marilyn Strathern (1992) has argued that the new reproductive technologies “enterprise up” nature – read as biology – dissolving it into a plethora of choices, I contend*

*that evolutionary psychologists “enterprise down” culture – read as individual choice – dissolving it into natural/sexual selection and innate psychological “mechanisms”. While others have traced the cultural transformations engendered by the reproductive and biogenetic technologies, in this paper I attempt to untangle the web of analogies, assumptions, erasures, and imaginative leaps that make possible the “enterprising down” of culture in evolutionary psychology’s reductive account of kinship and gender and to map some of the consequences of that account.*

**Keywords:** *evolutionary psychology, gender, kinship, nature/nurture debate.*

Nas últimas décadas do século vinte, duas formas radicalmente opostas de retratar culturalmente o parentesco emergiram, de um lado, nas narrativas da psicologia evolucionista e, de outro, naquelas das novas tecnologias biogenéticas. Ambas são peculiarmente influenciadas por uma obsessão euro-americana pela escolha, mas movem-se em direções opostas. Enquanto Marilyn Strathern (1992) tem argumentado que as novas tecnologias reprodutivas “hiper-sofisticam” (“enterprise up”) a natureza – tomada como biologia – dissolvendo-a num transbordar de escolhas, eu alego que os psicólogos evolucionistas “super-simplificam” (“enterprise down”) a cultura – tomada como escolha pessoal – dissolvendo-a em seleção natural/sexual e “mecanismos” psicológicos inatos.

Strathern sugeriu que as idéias euro-americanas de parentesco têm tradicionalmente sido configuradas como um produto híbrido de natureza e cultura: “um fato da sociedade enraizado nos fatos da natureza” (1992, p. 16). Este enraizamento do parentesco na natureza significava que “relações de parentesco, assim como a composição genética, eram [vistas como] algo que uma pessoa não podia alterar” (Strathern 1992, p. 34), enquanto “a natureza também veio a representar tudo que fosse imutável, que fosse intrínseco às pessoas ou coisas – aquelas qualidades essenciais sem as quais elas não seriam o que são” (Strathern 1992, p. 34). Mas com as novas tecnologias reprodutivas e biogenéticas – onde materiais genéticos são, não apenas injetados, extraídos e deslocados entre corpos, mas também transformados cada vez mais, pelo caminho, de acordo com as escolhas e preferências de pais e clínicos – “natureza”, hoje, não pode ser entendida como domínio do imutável, do essencial, e do dado. Face a isto, Strathern pergunta: “Se até

agora o parentesco tem sido um símbolo para tudo que não pode ser mudado nas relações sociais, se biologia tem sido um símbolo para os parâmetros estabelecidos da existência humana, o que significará para o nosso modo de construir relacionamentos uns com os outros, pensar na paternidade/maternidade como a implementação de uma opção, ver arranjos genéticos como uma questão de preferência cultural?” (1992, p. 34-35). Na medida em que a constituição genética de uma pessoa e a de sua prole se torna questão de escolha e preferência, a idéia de natureza perde sua função basilar em relação a artifício e empreendimento culturais. O que era outrora visto como “natural” é absorvido pelo jogo cultural do artifício, empreendimento, e escolha (Strathern, 1992, p. 40), tornando-se indistingüível dele. O admirável novo mundo das tecnologias reprodutivas e biogenéticas ameaça desatar os nós das naturalizações que têm fundamentado as idéias euro-americanas de parentesco – em suas formas mais íntimas da família humana assim como em suas formas mais distantes de categorias de espécies e genealogias (Franklin, no prelo; Haraway, 1997).

Paralelamente a estas rupturas, a psicologia evolucionista está forjando novas narrativas que reforçam os velhos alicerces do parentesco naturalizado. Enquanto os dois conjuntos de narrativas partilham a lógica comum de empreendimento, escolha, e preferência, uma reata os nós que a outra está rapidamente desatando. Se as analogias e práticas culturais que organizam as novas tecnologias reprodutivas dissolvem a natureza em um jogo de empreendimento e escolha, as analogias culturais que organizam a visão do parentesco defendida pela psicologia evolucionista dissolvem a cultura – encarada como o conjunto de efeitos cumulativos da preferência e escolha auto-maximizando o indivíduo – num jogo de seleção natural e sexual e mecanismos psicológicos inatos. Enquanto outros pesquisadores consideraram transformações culturais engendradas pelas tecnologias reprodutivas e biogenéticas (Dolgin, 1997; Franklin, 1997; Haraway, 1997; Ragoné, 1994; Strathern, 1992), neste artigo eu proponho analisar o emaranhado de analogias, pressupostos, omissões, e saltos lógicos e imaginativos que possibilitam a super-simplificação da cultura perpetrada pela psicologia evolucionista no seu tratamento reducionista de parentesco e gênero, além de mapear algumas das conseqüências daquela narrativa.

## O cenário básico

Psicólogos evolucionistas forjaram um mito de origem segundo o qual as capacidades mentais humanas e a psicologia relacionada aos gêneros vieram a existir e foram sempre fixadas naquilo que eles chamam “ambiente de adaptação evolucionista”<sup>1</sup>. Este ambiente é tido como a savana africana durante o Pleistoceno e inclui famílias coletoras-caçadoras conforme o velho estereótipo “Homem, o Caçador” (ou seja: os homens saem à caça enquanto as mulheres ficam no lar tomando conta das crianças). Diz-se que, neste contexto, “mecanismos” psicológicos específicos – para tudo, desde a aquisição da linguagem até o nosso amor por comidas gordurosas – evoluíram através de seleção natural e sexual.

Assumindo que o propósito principal destes mecanismos psicológicos seja garantir o sucesso reprodutivo, os psicólogos evolucionistas inevitavelmente consideram teorias de gênero e parentesco como centrais às suas explicações<sup>2</sup>. Sua pressuposição inicial é de que as estratégias reprodutivas de homens e mulheres são basicamente diferentes devido a uma assimetria biologicamente fundamentada nos seus relativos investimentos de pai e mãe. Homens e mulheres teriam então diferentes problemas adaptativos a resolver na condução de suas estratégias reprodutivas e teriam assim “desenvolvido mecanismos psicológicos diferentes que funcionam para resolver os problemas adaptativos” (Buss; Schmitt, 1993, p. 206). Buss fornece uma versão sucinta do cenário:

Machos e fêmeas foram ambos selecionados para maximizar a replicação do gene. Características que conduzem a uma replicação maior do gene serão favorecidas por sobre outras que não o fazem ou que são simplesmente neutras. Machos e fêmeas, contudo, têm diferentes limitações impostas na maximização do sucesso *reprodutivo*. Fêmeas são limitadas pelos recursos disponíveis para o investimento em sua relativamente pouca prole. Machos, em contrapartida, são limitados

---

<sup>1</sup> Environment of Evolutionary Adaptation (EEA).

<sup>2</sup> Aqueles psicólogos evolucionistas que consideram em maior detalhe os temas de parentesco, casamento, e gênero, incluem David Buss (1988, 1989, 1991, 1992, 1994), Martin Daly e Margo Wilson (1998), Geoffrey Miller (2000) e Robert Wright (1994). Devido a limitações de espaço, eu enfocarei os três primeiros escritores, cujos trabalhos são inteiramente representativos das explicações da psicologia evolucionista a respeito de parentesco e gênero.

principalmente pelo acesso a fêmeas reprodutivamente valiosas. Estas diferenças fundamentais conduzem a diferenças em cada sexo no critério que as pessoas usam para selecionar seus pares. Machos deveriam valorizar as características nas fêmeas que indicam sua capacidade reprodutiva. Fêmeas deveriam ser selecionadas para valorizarem características em machos que indicam sua habilidade e desejo de investir recursos. A valorização reprodutiva das fêmeas, então, será calcada em atratividade física, idade, e saúde, bem como nas características físicas e comportamentais (por exemplo, pele macia, andar rebolado ou quadris largos) que lhes são correlatas. Em contraste, indicadores do potencial masculino são dinheiro, posses, status, e as características comportamentais que levam à sua aquisição, tais como ambição e diligência. (Buss, 1988, p. 102-103; ver também Buss, 1992; Buss; Schitt, 1993).

Pensa-se que estas preferências evoluíram através da seleção natural e deram vazão – através da operação de seleção sexual – à evolução das qualidades desejadas no sexo oposto (Buss, 1991, 1992, 1994; Buss; Schmidt, 1993). Esses mecanismos supostamente inatos e geneticamente programados não teriam mudado por milênios.

Há muitas bases sobre as quais esta teoria poderia ser criticada, e muitas pessoas o fizeram<sup>3</sup>. Minha tarefa aqui é examinar as imagens culturais específicas que permitem super-simplificar a cultura assim como as resultantes explicações reducionistas do parentesco e gênero. Para tanto, eu pergunto qual a lógica cultural que torna possível (a) instituir o sucesso reprodutivo como a única meta da existência humana; (b) constituir o indivíduo como unidade de análise e auto-maximização como valor operativo; (c) colocar escolha como processo biológico e preferência como um mecanismo psicológico inato; e (d) postular mecanismos psicológicos de escolha e preferência como o produto da evolução e o precipitado de um longo período evolucionário no tempo? E, finalmente, ainda quero perguntar: quais as conseqüências de tais confabulações retóricas para a política e prática do mundo real?

---

<sup>3</sup> Ver, entre outros, Ehrenreich (1999); Fausto-Sterling (1997); Fausto-Sterling; Gowaty; Zuk (1997); Gould (1991); Krementsov e Todes (1991); Pollitt (1999); os autores em Rose e Rose (2000); e Travis e Yeager (1991).

## Descendo ao sucesso reprodutivo

Para chegar ao sucesso reprodutivo como meta única da existência humana e da vida social, a maior parte da vida social deve ser apagada. O que é deixado após essa varredura inicial depende de um impiedoso cálculo reducionista. Buss elenca os desafios que enfrentam aqueles que mergulham nas profundezas da psicologia humana.

A metateoria evolucionista fornece um enquadramento sistemático para os problemas conceituais centrais na personalidade humana. A teoria da personalidade, nesta visão, deve incluir uma caracterização não-arbitrária da natureza humana, incluindo a especificação de 1. as principais metas para as quais humanos direcionam sua ação (problemas que historicamente tiveram de ser solucionados de modo a permitir o sucesso reprodutivo), 2. os mecanismos psicológicos que evoluíram como solução destes problemas, e 3. as estratégias típicas da espécie e seu comportamento individualmente diferencial, ativadas por mecanismos psicológicos, que as pessoas empregam para atingir metas ou solucionar problemas adaptativos. (Buss, 1991, p. 484-485).

Nesta explicação, “as principais metas em relação às quais humanos direcionam sua ação” são simplesmente equacionadas com “problemas que historicamente tiveram que ser solucionados de modo a garantir o sucesso reprodutivo”. Obviamente, para efetuar esta equação, um vasto leque de outras possíveis “metas em relação às quais humanos [possivelmente] direcionam sua ação” deve ser afastado do olhar analítico. Que humanos possam estar interessados num amplo espectro de coisas – entrar num convento ou realizar uma expedição ao polo norte, lutar contra o demônio ou contra a pobreza, compor cantatas ou construir torres, criar os jardins suspensos da Babilônia ou o jardim Zen de Ryoan-ji, empreender uma peregrinação a Meca ou à Disneylândia, participar no kula ou na Copa do Mundo – muitas das quais são reprodutivamente contra-producentes, é uma consideração que não entra na equação.

Desta forma, não apenas apagam-se enormes regiões de atividade significativa da paisagem humana nos tratados dos psicólogos evolucionistas, mas também reduzem-se todas as atividades humanas significativas que eles

conseguem enxergar à única meta: maximizar o sucesso reprodutivo. Ou seja, elas são reduzidas a “mecanismos psicológicos que evoluíram como solução destes problemas” do sucesso reprodutivo (Buss, 1991, p. 485).

Consideremos o amor, por exemplo. Num artigo intitulado “Atos de Amor: A Psicologia Evolucionista do Amor”, Buss explica sua estratégia analítica:

Um item central nesta perspectiva [evolucionista] é que, ao contrário das perspectivas anteriores, postula uma *explicação causal* (evolucionista) *última*... Seleção natural e sexual favoreceram no passado aqueles indivíduos que se empenharam nas ações que hoje cabem na categoria do amor. A existência dos atos de amor pode ser remetida em última instância às vantagens reprodutivas conferidas àqueles cuja performance de tais atos surte efeito. Assim, atos contemporâneos de amor podem ser remetidos, em última instância, a sua vantagem seletiva. (Buss, 1988, p. 115).

Buss (1988, p. 108) constrói um evangelho de expressões universais do amor – doação de presentes, fazer-se atraente, apoio mútuo, conversação, fazer amor, manter um emprego, ensinar um filho a praticar esportes – que são tidas como representações superficiais de metas ulteriores: exibição de recursos, proteção do par, intimidade sexual, partilha de recursos, investimento parental. Estas, por sua vez, são expressões da “função última”, ou seja, o “aprimoramento do sucesso reprodutivo”. Ao final de contas, quase qualquer coisa culturalmente imaginável – do *potlatch* ao jogo de *cricket* – pode ser reduzido à sua “função última” para o “aprimoramento do sucesso reprodutivo”. Isto permite que os psicólogos evolucionistas toquem superficialmente na diversidade de entendimentos culturais no mundo, enquanto substituem a riqueza destes entendimentos pela pobreza de um singular cálculo reprodutivo.

## Descendo ao indivíduo, à auto-maximização e à escolha incorporada

Parte da varredura inicial, que apaga a maior parte da vida social das considerações dos psicólogos evolucionistas, é a eliminação de grupos sociais, uma estratégia que deixa o indivíduo como a única unidade operativa

neste drama evolutivo. Além disso, este indivíduo seria guiado somente pelos valores da auto-maximização genética, que são modelados naqueles da auto-maximização, típica da economia neoliberal, e da escolha, típica da “cultura de empreendimento”.

Estão ausentes da maioria dos registros da psicologia evolucionista todas as agrupações e estruturas que antropólogos pensaram, por mais de um século, ser indispensáveis para uma descrição de parentesco: clãs, linhagens, lares; metades, fratrias, e confederações; grupos de descendência unilineares, bilineares, e cognáticos; grupos que dão e grupos que recebem mulheres; grupos de descendência, de residência e de aliança; troca de irmãs, casamento de primos cruzados matrilineares e patrilineares; endogamia e exogamia; hipergamia e hipogamia; castas, classes, e grupos religiosos; raça, nação, e etnicidade; e uma divisão sexual do trabalho. Nos mitos de parentesco narrados por psicólogos evolucionistas, o indivíduo se mantém lutando sozinho – guiado, na busca por um “par”, apenas por um conjunto de mecanismos evoluídos e inatos que definem preferências. Lewontin nota que a “Sociedade é [vista como] nada além da coleção de indivíduos contidos nela, assim como a cultura é vista como nada além da coleção de pedaços e retalhos desarticulados, preferências individuais e hábitos” (1991, p. 93). Mesmo quando psicólogos evolucionistas reconhecem formas sociais específicas, eles imediatamente reduzem estas à lógica do individualismo. Assim, para Wilson e Daly, “filiação patrilinear decorre de respostas à incerteza da paternidade” (1992, p. 308), e sistemas de aliança por casamento – com todas as suas ramificações sociais, políticas e econômicas – devem “primeira e primariamente... ser entendidos como reprodutivos” e de natureza individual (1992, p. 309-310).

É tido como evidente que a ação dos indivíduos terá como meta a maximização de sua replicação genética (Buss, 1988, p. 102). A lógica utilitarista que estrutura tantas explicações evolucionárias e sócio-biológicas também percorre as narrativas da psicologia evolucionista. Indivíduos competem por recursos limitados para maximizar seu interesse próprio; os “melhores e os mais empreendedores... em geral ganham uma parte desproporcional das recompensas enquanto os menos bem-sucedidos são deslocados a outras posições menos desejáveis” (Lewontin, 1991, p. 92; ver também Sahlins, 1976).



Nas descrições da psicologia evolucionista, num mundo de recursos limitados, a seleção natural funciona através da competição entre adversários do mesmo sexo (apenas aqueles que encarnam as características desejadas pelo sexo oposto sobrevivem) e através das estratégias diferenciadas que colocam os sexos opostos em negociação um com o outro (homens querem maximizar [a quantia de] parceiras e minimizar seus investimentos; mulheres querem maximizar os investimentos de seu parceiro e minimizar o número deles) (Buss, 1991, 1992, 1994; Buss; Schmidt, 1993). É, de fato, uma guerra de cada um contra todos – Vênus contra Marte – num terreno que é visto como o “campo de batalha de acasalamento” (Buss, 1994, p. 5). De acordo com Daly e Wilson, mesmo pais e filhos estão em antagonismo, já que “cada filho busca mais dos recursos limitados do progenitor do que seria o melhor na perspectiva do progenitor” (1998, p. 14).

Contudo, além das velhas metáforas utilitaristas empregadas na psicologia evolucionista, há uma nova reviravolta, uma que dá eco aos tropos dominantes da “cultura de empreendimento” no cerne da nova economia flexível.

Keat refere ao colapso da distinção entre produção e consumo quando a produção é guiada pelo consumo e quando o consumo se transforma num fim por si só. Isto reverte a ordem normal que imaginamos ser voltada para a produção. Primeiro deve-se descobrir o que vende para então fabricar o produto...

Consumidores e produtores vivem das escolhas uns dos outros. De fato, nós poderíamos dizer que produtores fabricam as escolhas corporificadas de seus clientes, e consumidores decidem entre as escolhas corporificadas daqueles que fornecem os serviços. Vislumbra-se um mundo repleto de pessoas corporificando as escolhas de outras. (Strathern, 1992, p. 36).

A psicologia evolucionista, apresentando-se como autoridade máxima desse assunto, alega que as escolhas foram reproduzidas por serem literalmente corporificadas através do processo de seleção natural e sexual. Como Buss descreve o processo:

... membros de um sexo escolhem um parceiro baseando-se em suas preferências por qualidades particulares. Estas características evoluem no sexo oposto porque animais que as possuem são escolhidos

mais freqüentemente como parceiros/as, e seus genes prosperam. Animais carentes das características desejadas são excluídos do acasalamento, e seus genes perecem. Já que pavoas preferem pavões com plumagem de brilho vibrante, machos com plumagens monótonas ficam na poeira evolucionária. Pavões atualmente possuem plumagens brilhantes porque através da história evolutiva as pavoas preferiram acasalar com machos coloridos e ofuscantes. (Buss, 1994, p. 3)<sup>4</sup>.

Transposto ao cenário da psicologia evolucionista, esta lógica se transforma num argumento onde preferências sexualmente diferenciadas e escolhas são evocadas, não apenas para explicar os *traços físicos*, mas também os *aspectos mentais e psicológicos* do sexo oposto.

Uma conseqüência surpreendente das estratégias sexuais, por exemplo, é que o controle dominante e masculino dos recursos pelo mundo pode ser explicado, em parte, pelas preferências das mulheres na escolha de um parceiro. Estas preferências, operando repetidamente ao longo de milhares de gerações, levaram a mulher a favorecer homens que possuem status e recursos e a desfavorecer homens que carecem dessas vantagens. Homens ancestrais que falhavam na aquisição de tais recursos falhavam em atrair mulheres como parceiras. (Buss, 1994, p. 212).

Ainda voltaremos a esta fulgurante declaração. Por hora simplesmente note-se como assimetrias biológicas sexuais (como a presumida necessidade que mulheres têm por parceiros com recursos) são colocadas como geradoras de preferências e escolhas que se tornam, sob pena de extinção, corporificadas na psique do gênero oposto. Se, na cultura do empreendimento, “produtores fabricam as escolhas corporificadas de seus clientes, e consumidores decidem entre as escolhas corporificadas [dos produtores]” (Strathern, 1992, p. 36); na psicologia evolucionista, a seleção natural fabrica

---

<sup>4</sup> O maior salto conceitual perpetrado pelos psicólogos evolucionistas – o da evolução de penas e outras características físicas para a evolução de características metafísicas e psicológicas – não requer, de seu ponto de vista, justificação. Não apenas os psicólogos evolucionistas deslizam imperceptivelmente das características físicas às psicológicas como estas últimas também freqüentemente incluem elementos de grandes estruturas sociais, como neste relato de Buss a respeito do modo pelo qual as preferências evoluídas das mulheres privilegiaram o controle do macho sobre os recursos.

as escolhas psicologicamente corporificadas de indivíduos sexuados, e indivíduos sexuados escolhem entre as opções psicologicamente corporificadas resultantes da seleção natural. Vislumbramos, com Strathern, “um mundo repleto de pessoas corporificando as escolhas de outras” (1992, p. 36). A lógica utilitarista da auto-maximização individual foi levada à lógica da escolha corporificada, característica da cultura contemporânea de empreendimento, para se adequar a uma narrativa do sucesso reprodutivo de algumas configurações psicológicas de gênero – e suas correspondentes sociais – mas não de outras.

### Implantando a escolha na natureza

Contudo, para naturalizar a *escolha* dessa forma – para deslocar-se com facilidade da evolução de penas e outras características fisiológicas para aquelas preferências psicológicas corporificadas e para as escolhas e suas conseqüentes estruturas sociais – psicólogos evolucionistas tiveram que não apenas apagar o vasto cérebro humano e sua capacidade de lidar com uma ampla coleção de idéias culturais e comportamentos possíveis, mas também transformar a escolha em algo que é ao mesmo tempo mecânico e natural.

Na maior parte das narrativas euro-americanas, a escolha é um sinal seguro da cultura e da transcendência da natureza. A possibilidade de catar e escolher, de reter e descartar, é geralmente vista como antitética às qualidades dadas, imutáveis atribuídas à natureza (Strathern, 1992). É então com considerável consternação que encontramos, nas histórias de parentesco contadas por psicólogos evolucionistas, a escolha profundamente inscrita na natureza. Vale perguntar, especificamente, como a escolha vem a se naturalizar. Boa parte da “evidência” mobilizada por psicólogos evolucionistas provém de analogias orgânicas e inter-espécies. Proponho ver em maior detalhe como estas analogias são construídas, já que elas constituem a base do argumento.

Uma das primeiras analogias que é mobilizada nas narrativas da psicologia evolucionista do parentesco traça uma comparação entre “mecanismos de preferência” relacionados a processos de “seleção de parceiros” e aqueles relacionados a processos supostamente orgânicos, como o ato de alimentar-se.

Mecanismos associados com gosto e cheiro levam organismos a repelirem certos alimentos, literalmente engasgando, cuspidando, ou vomitando para fora aqueles que são inadvertidamente ingeridos. Eles também levam organismos a procurarem ativamente por alimentos com propriedades que solucionam problemas adaptativos.

Preferências por certo tipo de parceiro *presumivelmente* operaram de modo similar. Mulheres *podem* [may] rejeitar alguns pretendentes enquanto favorecem outros, ou *podem* ativamente buscar aqueles que são os preferidos. Preferências por certo tipo de parceiro não apenas levam organismos a fazerem escolhas; também mobilizam comportamentos para a busca ativa de certos parceiros e o evitamento ativo de outros... (Buss, 1992, p. 253, grifo meu).

Ignorando considerações antropológicas sobre a diversidade de entendimentos culturais quanto à definição de comida (sem falar na definição de par) em várias sociedades, a estratégia retórica aqui é equacionar um processo manifestamente social (seleção de um parceiro para casamento) com o que é assumido enquanto processo manifestamente orgânico (o evitamento de comidas não nutritivas e a seleção de alimentos nutritivos). Mulheres *podem* ter uma reação de engasgar diante de homens sem recursos, da mesma forma que humanos têm uma reação de repúdio a alimentos amargos. O caráter totalmente hipotético de tais assertivas é invariavelmente marcado pela mudança do verbo para o condicional.

Na seqüência da ordem argumentativa, depois das analogias orgânicas vêm as analogias que envolvem a comparação de espécies diferentes:

A qualquer ponto nesta seqüência ela pode *decidir* que o ninho não está à altura de seus *padrões* e partir para inspecionar o ninho de outro macho... *Exercitando uma preferência* por machos que podem construir um ninho superior, a passarinha soluciona os problemas da proteção e da provisão de suas futuras ninhadas. Suas *preferências* evoluíram porque ofereceram uma vantagem reprodutiva em relação a outras passarinhas que não tinham preferências e que acasalavam com qualquer um que surgisse pelo caminho.

Mulheres, como passarinhas de ninho, preferem homem com “ninhos” desejáveis. (1994, p. 7, grifo meu).

Essas narrativas envolvem duas analogias recíprocas. Primeiro, animais sendo “como” humanos possuem qualidades normalmente atribuídas a humanos. Aqui, a passarinha tem capacidades mentais humanas – a habilidade de *decidir*, de *exercer uma preferência*, e *escolher* e operar no contexto de uma hierarquia cultural complexa de valores – ela tem “*padrões*” e “*preferências*”. Segundo, humanos sendo “como” animais possuem qualidades normalmente atribuídas a bichos. Assim, uma mulher gosta de um bom ninho tanto quanto uma, passarinha, sua semelhante.

Psicólogos evolucionistas, como os zoopsicólogos de um século atrás (Krementsov; Todes, 1991, p. 75-78) constroem a trama de seus argumentos com esta imaginação analógica. Assim, zangões (como os homens) selecionam e dão “*presentes nupciais* substanciais” para atrair suas parceiras (Buss 1994, p. 12-13); certos pombos (como os humanos) têm uma *taxa de divórcio* de 25% a cada estação (Buss, 1994, p. 11); gralhas-do-campo (como as mulheres) evitam “inteiramente machos sem recursos, consignando-os ao celibato” (Buss, 1994, p. 22); algumas gaivotas (como os humanos) têm casamentos monogâmicos, poliândricos, políginos, e mesmo por grupos poliândricos” (Wilson; Daly, 1992, p. 295, 298; ver também Daly; Wilson, 1999).

Enquanto estas analogias têm o efeito, como nota Marks, de dar à “análise do comportamento humano uma base naturalista muito ampla, esta base encolhe quando reconhecemos que as semelhanças apontadas não são biológicas, mas, sim, *simbólicas*. Elas são basicamente artifícios lingüísticos, que resultaram do processo de colocar o mesmo rótulo em produtos diversos” (1995, p. 223; ver também Fausto-Sterling, 2000; Sahlins, 1976; Vayda, 1995) e são carentes de qualquer fundamento biológico (Marks, 1995, p. 226).

Embora tais analogias sugiram que uma determinada característica é universal no reino animal, elas são, de fato, artifícios de comparações altamente seletivas de protagonistas animais e humanos. Seria possível contar uma história marcadamente diferente daquela propugnada pelos psicólogos evolucionistas se um diferente conjunto de protagonistas animais fosse escolhido. Para tanto, não seria necessário ir tão longe a ponto de evocar marimbondos. Entre nossos ancestrais mais próximos, duas espécies simiescas dariam conta do recado.

Qual devemos escolher como nosso modelo feminino? Fêmeas da espécie melhor conhecida de chimpanzé têm um padrão de comportamento que associa hormônios [de cio] e copulação, mas a bonobo

fêmea tem sexo, constantemente, com machos e fêmeas, e aparentemente usa o sexo não apenas para reprodução, mas como forma de mediação social. (Fausto-Sterling, 2000, p. 223; ver também Marks, 1995, p. 224).

O comportamento sexual polimórfico das fêmeas bonobo contradiria os relatos estereotipados de gênero e parentesco propagados por psicólogos evolucionistas; estes, entretanto, evitam cuidadosamente tais exemplos. Ao invés, investem em espécies amplamente diversas – de zangões a gralhas-de-campo, de gansos a peixe-boi, de avestruzes a sapos gladiadores, de elefantes marinhos a babuínos – para encontrar o comportamento animal que confirmará os estereótipos unidimensionais de gênero que são centrais à sua narrativa.

### Descendo à mecânica da escolha não-consciente

Mas não é apenas o espectro de analogias neste bestiário imaginado que efetiva a naturalização da escolha humana, preferência, tomada de decisão, e conceitos culturais tais como “critérios” e “celibato”. Além do mais, há um particular entendimento do processo psicológico através do qual “escolhas” são feitas e “preferências exercidas”, que faz parecer lógico atribuir estas habilidades mentais a zangões e elefantes marinhos exatamente da mesma forma como a humanos.

Psicólogos evolucionistas declaram, como Buss que, em qualquer espécie, “*todo* comportamento observável é o produto de mecanismos residindo no organismo, combinados com informações do ambiente e de reações orgânicas que ativam tais mecanismos. Nenhum comportamento pode ser produzido na ausência de mecanismos. Não há nada que corresponda a uma causa puramente ambiental ou situacional de comportamento” (Buss, 1991, p. 461). O ponto aqui não é se a vida mental é, em parte, organicamente fundamentada, ou se há um desenvolvimento complexo e uma relação interativa entre o organismo e o ambiente. Ao invés, como Benton indica, o que está em jogo é “quanta ‘arquitetura’ hereditária há na mente humana” e “se processos sócio-culturais são compreendidos como independentes ou redutíveis a mecanismos psicológicos hereditários” (2000, p. 226, 267). Assim, torna-se crucial o cuidadoso exame das principais características que

os psicólogos evolucionistas atribuem a estes mecanismos psicológicos: que elas são respostas de domínios específicos, largamente inconscientes, inatos e geneticamente herdados.

Psicólogos evolucionistas rejeitam necessariamente a idéia de que a “seleção natural produziu em humanos um pequeno número de mecanismos de domínio geral” (Buss, 1991, p. 461) – isto é, a capacidade de apreender um amplo leque de comportamentos culturalmente padronizados. Ao invés, eles postulam que a “seleção natural criou muitos mecanismos psicológicos de domínio específico que solucionam problemas adaptativos particulares (Buss, 1991, p. 462) – tais como o modo pelo qual uma mulher pode determinar se um homem tem recursos ou um homem determinar se uma mulher é fértil. Tais mecanismos são conceitualizados como “disposições, regras de decisão, estruturas, processos” que “residem *no* organismo” (Buss, 1991, p. 464); e estas regras de decisão são inevitavelmente governadas por uma lógica utilitarista, auto-interessada, de custo e benefício, voltada apenas para o sucesso reprodutivo.

A despeito do fato de que decisões estão sendo tomadas, problemas estão sendo solucionados, regras estão sendo seguidas, custos e benefícios estão sendo analisados, e metas estão sendo encontradas, o “organismo” não precisa estar absolutamente consciente do processo. Como Buss nota:

Estratégias sexuais não requerem um planejamento ou consideração conscientes. Nossas glândulas sudoríferas são “estratégias” para o cumprimento da meta da regulação térmica, mas elas não requerem nem planejamento consciente nem ciência. De fato, assim como a consciência súbita de suas mãos por um pianista pode impedir a performance, a maior parte das estratégias sexuais humanas são melhor levadas adiante sem que o ator delas se dê por conta. (1994, p. 6; ver também Daly; Wilson, 1998, p. 45).

De fato, estes mecanismos de preferência inconscientes não operam apenas ao nível do “organismo” como um todo – isto é, ao nível da pessoa que está, por exemplo, selecionando um parceiro para casar. Eles também parecem operar num nível microscópico, com várias substâncias corporais – notavelmente ovos e esperma – como protagonistas que estão pesando custos e benefícios e fazendo escolhas cruciais (Buss, 1994, p. 75-76). Sem estar de modo algum conscientes disto, é suposto que mulheres planejam

seus casos adúlteros para coincidirem com a ovulação, e que homens maximizam sua quantia de esperma quando suas parceiras tiveram a oportunidade de ser infieis. Mais surpreendente ainda, espermatozóides competem ativamente uns com os outros, enquanto ovos manipulam esperma, catando e escolhendo o melhor entre eles (Birkhead, 2000; Buss, 1994, p. 75-76). Se o processo que organiza as relações de parentesco e casamento opera “exatamente como” glândulas sudoríferas, é claro que o pensamento consciente e os padrões culturais serão de pouco interesse.

Não apenas mecanismos de preferência são completamente não-conscientes, eles são, na etapa final de naturalização, inatos e herdados. Nas histórias de muitos psicólogos evolucionistas, embora a maneira pela qual mecanismos de preferência são transmitidos entre as gerações permaneça notavelmente vaga, é subentendido que, em última análise, estes mecanismos são transmitidos geneticamente antes que culturalmente (ver S. Rose, 2000, p. 303). Embora Buss seja freqüentemente vago em sua determinação genética, outros, como Donald Symons, se expressam de forma mais explícita: “É portanto possível afirmar que os mecanismos especializados que determinam as preferências [na escolha] de um parceiro passaram a existir nas psiques humanas e que os genes dessas preferências passaram a existir em reservas genéticas humanas” (Symons, 1989, p. 34). Outros ainda traçam uma analogia entre “psicologia inata” (oposta à “psicologia manifesta”) e os genótipos humanos (opostos ao fenótipo humano) (Tooby; Cosmides, 1989, p. 36), sugerindo que mecanismos psicológicos não sejam apenas “como”, mas também, de fato, parte do genótipo humano. De fato, Tooby e Cosmides asseveram que “[a]daptações complexas são máquinas sofisticadas que requerem “plantas-baixas” complexas no nível genético” (1992, p. 78). O fato de que gene algum tenha sido encontrado para comportamentos humanos específicos não intimida tais analogias. Mas, como Steven Rose destaca, o “espalhamento de tais hipotéticos pseudo-genes, e seu suposto efeito sobre seleção adequada podem ser então satisfatoriamente conceituados *como se* eles existissem, sem a necessidade de firmar pé em qualquer campo empírico da biologia” (2000, p. 303-304)<sup>5</sup> ou de considerar modos alternativos de transmissão por aprendizado cultural.

---

<sup>5</sup> Para relatos mais satisfatórios da flexibilidade do cérebro e da impossibilidade de quaisquer correlações entre genes e comportamentos humanos, ver os artigos de Bateson, Benton, Dover, Gould, Hermstein Smith, Karmiloff-Smith, Ingold, e S. Rose em *Alas, Poor Darwin* (Rose; Rose, 2000).



Afinal, as analogias entre as vidas de marimbondos, elefantes marinhos e as de humanos são possíveis apenas porque as características distintivas dos humanos – cérebros maiores capazes de aprender uma ampla variedade de comportamentos culturalmente distintivos – são inteiramente ausentes das explicações dos psicólogos evolucionistas (Gould, 1991; Lewontin, 1991; Sahlins, 1976). Decisões e escolhas – tanto em humanos como em marimbondos e elefantes marinhos – “residem no organismo”, enquanto inatos, geneticamente transmitidos, processos não-conscientes conduzidos por uma lógica utilitarista presumivelmente universal e presumivelmente natural. Não apenas a cultura foi reduzida à lógica utilitarista e escolha individual, mas as capacidades mentais da razão, emoção, e escolha foram removidas dos contextos da consciência e do social e maciçamente naturalizadas e geneticizadas.

### Descendo às comparações inter-culturais

A naturalização dos mecanismos psicológicos numa profunda estrutura geneticizada permite paradoxalmente que os psicólogos evolucionistas postulem a diversidade cultural como um tipo de estrutura fenotípica de superfície que é engatilhada por fatores “ambientais” diferenciais (Buss, 1991, 1992, 1994; Toby; Cosmides, 1989, p. 36). Ao mesmo tempo em que cientes da complexidade e diversidade, psicólogos evolucionistas argumentam pela “onipresença de um âmago mental (*core mindset*), cuja operação pode ser percebida a partir de numerosos fenômenos que são culturalmente diversos em seus detalhes, mas monotonamente semelhantes no nível abstrato” (Wilson; Daly, 1992, p. 291). Muitas coisas repousam sobre a presumida universalidade deste “âmago mental” – estes mecanismos psicológicos. As afirmações sobre a natureza inata de tais mecanismos e sua origem no ambiente adaptativo evolucionário da savana africana dependem inteiramente desta universalidade.

Assim, num esforço para estabelecer a universalidade dos mecanismos psicológicos, Buss mobiliza uma ampla bateria de estudos sobre preferências. Estes trabalhos são apresentados numa particular ordem narrativa: depois dos estudos de insetos, pássaros e abelhas, começam os de estudantes de faculdades norte-americanas, seguidos pelos estudos sobre americanos de modo geral, sociedades caçadoras-coletoras, alguns fragmentos de etnografias sobre

humanos, e, finalmente, a própria pesquisa de Buss em 37 sociedades. Permitam que eu me detenha por um momento para avaliar a natureza destes estudos.

Daly e Wilson nota que “na psicologia evolucionista humana, muito do melhor trabalho é conduzido por comportamentalistas estudando animais que tratam o *H. sapiens* como “apenas outro animal” (1999, p. 509). De fato, a dolorosa, delicada e incômoda evidência da leitura desses escritos é que psicólogos evolucionistas sabem muito sobre insetos e pássaros, mas muito pouco sobre humanos. Ao mesmo tempo em que eles podem ter conduzido pesquisas sobre marimbondos ou pássaros e seus ninhos em campo, nunca empreenderam pesquisa de campo em sociedades humanas. Enquanto podem ser especialistas na literatura do acasalamento entre morcegos vampiros ou sapos gladiadores, eles são extraordinariamente ignorantes da extensa literatura sobre as variedades do comportamento humano quanto a gênero, sexualidade, parentesco, e casamento; e enquanto eles sentem-se confiantes em atribuir propriedades culturais a animais, eles não se deram ao trabalho de entender o que os antropólogos podem pensar daquilo que seja a cultura. Então a pergunta se coloca; o quê, neste estado de ignorância extrema, pode contribuir para o conhecimento da cultura e da diferença cultural?

O material primário e mais extenso sobre “preferências de parceiro” vem da América, e não de uma mostra diversificada e aleatória de americanos, mas de uma pequena fatia da população de americanos mais prontamente acessíveis aos pesquisadores da universidade: estudantes não diplomados, entre seus 17 e 21 anos. Ocasionalmente, psicólogos evolucionistas consultaram ou fizeram eles mesmos estudos que tratam de outros tipos de americanos – como aqueles que escrevem anúncios pessoais, os que freqüentam bares de solteiros, ou, ainda, os que estão atualmente casados (Buss, 1994). Mas, de longe, o grupo mais pesquisado na América é o dos estudantes universitários – um grupo “cativo” cujas “respostas no papel”, Wilson e Daly admitem (1992, p. 304), “podem ou não ter qualquer relação com qualquer coisa que tenham experimentado na prática”. Embora tal população seja dificilmente representativa da América do Norte, de modo geral, é freqüentemente apresentada como representativa da espécie humana.

Não que os psicólogos evolucionistas não estejam a par de estudos antropológicos de outras culturas. Contudo, eles são excessivamente seletivos sobre quem eles lêem, que tipos de sociedades são suficientemente

interessantes para se ler a respeito, e quais os detalhes que merecem seus comentários. Já que assumem que mecanismos psicológicos originaram-se num ambiente de adaptação evolutiva (o da sociedade caçadora-coletora), eles se interessam antes de mais nada por aquilo que vêem como “reliquias” contemporâneas das sociedades caçadoras-coletoras originais (Wilson; Daly, 1992, p. 300). Além disso, eles manifestam um nítido mecanismo preferencial pela leitura exclusiva daqueles autores cujas explicações biologicamente redutoras mais concordam com seus próprios preconceitos a respeito do que sejam realmente sociedades caçadoras-coletoras. Enquanto eles citam repetidamente Chagnon sobre os Yanomami ou Hill e Hurtado sobre os Ache do Paraguai, eles nunca citam outros autores como Ann Fienup-Riordan (1983, 1990, 2000) sobre os Eskimo Yup'ik, Fred Myers (1986) sobre os aborígenes do oeste do deserto australiano, ou Signe Howell (1989) sobre os Chewong da Malásia, apenas para mencionar alguns poucos; e eles ficam consternados quando grupos caçadores-coletores como os aborígenes australianos não se enquadram em seus modelos imaginários (Wilson; Daly, 1992, p. 300). Os psicólogos evolucionistas não conseguem entender que atuais povos caçadores-coletores dificilmente são “reliquias” isoladas, mas vivem em relações complexas com vizinhos rurais e urbanos, tendo sido sujeitos a longas histórias coloniais e missionárias, e são cidadãos de estados-nações e participantes na nova economia global, cultural e política (Fienup-Riordan, 2000). Sua presunção de que grupos caçadores-coletores contemporâneos forneçam modelos para a vida na savana africana de milhões de anos atrás é, portanto, profundamente problemática.

Psicólogos evolucionistas expandem em raras ocasiões seus horizontes para além dos grupos caçadores-coletores e consultam outros trabalhos antropológicos. Contudo, quando o fazem, eles ainda são excessivamente seletivos naquilo que apreendem desses relatos. Por exemplo, Buss cita Malinowski descrevendo como as mulheres trobriandesas recusam oferecer favores sexuais a homens que não exibem seus recursos na forma de um donativo (Buss, 1994, p. 86; ver Malinowski, 1929, p. 320), um detalhe de que ele se utiliza para sustentar sua tese de que mulheres favorecem universalmente homens com recursos. Contudo, ele ignora os muitos detalhes nos trabalhos de Malinowski sobre os Trobriandeses que poderiam complicar as pressuposições da psicologia evolucionista quanto aos mecanismos psicológicos inatos da mulher – incluindo, por exemplo, o relato de Malinowski

(1929, p. 273-275) da gangue de mulheres trobriandesas estuprando homens nos jardins. Similarmente, Daly e Wilson notam (sem fornecer referências) que “Raymond Firth tinha escrito que na paradisíaca ilha tropical de Tikopia, um homem que adquirisse uma mulher que já fosse mãe manifestaria logo em seguida sua recusa em investir na criança de um predecessor... pedindo que a criança fosse abandonada ou destruída” (1998, p. 23); ao mesmo tempo, eles não mostram nenhum interesse em investigar a extensa literatura sobre as práticas muito mais comuns de adoção, *fosterage*, “aderência”, e adrogação na Oceania e alhures (ver, por exemplo, Carroll, 1970; Firth, 1930). Meu ponto aqui não é implicar com detalhes. Ao invés, meu objetivo é refletir sobre a qualidade acadêmica destes trabalhos. Não apenas Buss, Daly, e Wilson pinçam detalhes minuciosos – que já lêem, com frequência, erroneamente – mas eles também escolhem simplesmente ignorar o todo cultural complexo do qual estes detalhes foram selecionados, bem como a mais ampla literatura sobre o assunto.

Já que a ampla bibliografia de descrições antropológicas sobre diferentes sistemas de parentesco e casamento claramente não sustenta os objetivos e pretensões da psicologia evolucionista, Buss conduziu sua própria pesquisa inter-cultural sobre as “preferências humanas de parceiro” em 37 culturas (Buss, 1989; Buss et al., 1990). Seria desculpável o passar ao largo da literatura antropológica e a pesada confiança neste estudo particular, se o estudo fosse, minimamente, um depoimento confiável de diferenças culturais. Contudo, muitas pessoas – inclusive o próprio Buss – apontam as consideráveis fragilidades deste estudo (ver Fausto-Sterling, 2000, p. 217). Não apenas 27 das 37 sociedades da amostragem são européias ou fortemente influenciadas pela cultura européia (Borgia, 1989, p. 16), mas também a amostragem “tende às culturas urbanizadas de economia monetária” em oposição às economias rurais não monetarizadas (Buss, 1989, p. 13). Além disso, a própria natureza do “instrumento” de pesquisa inclui categorias apriorísticas, muitas das quais derivam de pressuposições teoricamente enviesadas, indicando quais critérios são relevantes – por exemplo, boas possibilidades financeiras, *status* social favorável, castidade, boa aparência. Ao mesmo tempo, exclui um grande número de categorias que qualquer antropólogo veria como relevantes para um estudo inter-cultural do casamento, entre elas as categorias (neste contexto, ironicamente denominadas) de primo “preferencial”, hipergamia e hipogamia, exogamia e endogamia, casta, raça, etnicidade, etc.

Ainda por cima, rejeita continuamente categorias que os próprios entrevistados podem considerar relevantes.

Afora as consideráveis limitações do estudo, seus resultados são mais notavelmente falhos no que diz respeito à diferenciação prevista de mecanismos preferenciais. Das dezoito características possíveis que a pesquisa investiga, as primeiras quatro (atração mútua, caráter de dependência, estabilidade emocional e maturidade, e disposição agradável) são elencadas na mesma ordem por machos e fêmeas, e as quatro seguintes (boa saúde, educação e inteligência, sociabilidade, e desejo por casa e crianças) incluem as mesmas categorias para machos e fêmeas, embora não necessariamente na mesma ordem. Nenhum destes critérios justifica a assertiva de que a preferência por determinado parceiro seja guiada por mecanismos sexualmente diferenciados do tipo destacado pelos psicólogos evolucionistas. De fato, como Buss o admite (1989, p. 13), este material sugere que as pessoas de ambos os gêneros colocam numerosos critérios acima daqueles centrais à tese evolucionista.

Não apenas os oito critérios no topo do *ranking* não fornecem qualquer apoio apreciável à tese evolucionista das preferências diferenciadas por gênero, como duas das cinco previsões – a preferência feminina pela ambição e diligência nos homens, e a preferência dos machos pela castidade das mulheres – mostraram alta variação cultural. É significativo ver como esta variação cultural é manipulada. Tomemos por exemplo os resultados da pesquisa que mostram que homens zulus favorecem ambição e diligência nas mulheres mais do que mulheres o fazem nos homens. Neste caso, a divisão culturalmente específica do trabalho é invocada para explicar a inversão da previsão (Buss, 1989, p. 7). Três questões podem ser levantadas a esse respeito. Primeiro, a distinção entre estrutura profunda (genótipo) X estrutura de superfície (fenótipo) pode, no final das contas, ser invocada para explicar absoluta e indistintamente tudo que existe. Pois se certa preferência “genotípica” não se expressar, isto pode ser explicado pelas forças ambientais (leia-se culturais) que desencadeiam uma forma “fenotípica” alternativa. Segundo, é apenas apelando para argumentos heterogêneos e de maneira *ad hoc* que a explicação pode ser sustentada: estruturas inatas explicam a preferência de mulheres por homens ambiciosos e diligentes em algumas culturas, mas estruturas culturais explicam a preferência do homem por mulheres ambiciosas e diligentes em outras (H. Rose, 2000, p. 145-147;

Fausto-Sterling, 2000, p. 218). Terceiro, esta assimetria é devida a um gritante, se inconsciente, etnocentrismo: isto é, aquilo que se assume como universal e inato é, no final, simplesmente o conjunto disfarçado de categorias culturais do pesquisador. A especificidade cultural e histórica destas categorias é invisível porque os pesquisadores já cumpriram a tarefa de naturalizar estas categorias antes de ter começado a investigá-las inter-culturalmente.

## Descendo à história genética e evolucionária profunda

Mesmo se os psicólogos evolucionistas conseguissem produzir um “mecanismo de preferência universal”, ainda haveria dois elementos cruciais no argumento. Eles teriam que mostrar não apenas que ele se originou no ambiente adaptativo e evolucionário da savana africana, como também que foi transmitido geneticamente do Pleistoceno até o presente. É, contudo, nesta altura que o argumento dá um salto de pura conjectura, que é geralmente marcado gramaticalmente pelo modo condicional. Nota-se na passagem que segue que as mulheres inter-culturalmente preferem homens com recursos:

[...] no mundo inteiro, as mulheres, mais do que os homens, desejam um parceiro de casamento com recursos financeiros.

Estes achados fornecem a primeira evidência extensivamente inter-cultural sustentando a base evolucionista para a psicologia do acasalamento humano. Já que mulheres ancestrais enfrentavam os tremendos desafios da fecundação interna, uma gestação de nove meses, e amamentação, elas *teriam* se beneficiado enormemente selecionando machos que possuísem recursos. Estas preferências ajudaram nossas mães ancestrais a resolverem problemas adaptativos de sobrevivência e reprodução. (Buss, 1994, p. 25, grifo meu).

Não apenas há um grande salto na lógica aqui – de um universal afirmado à afirmação de origens evolucionistas – mas há uma recusa a considerar outras possíveis, bastante óbvias, razões sociais pelas quais mulheres valorariam recursos financeiros nos homens mais do que homens o fariam nas mulheres.

Entre os muitos problemas com este relato imaginário das origens evolucionistas, dois se destacam: uma notável imprecisão quanto ao tempo, lugar e circunstâncias do ambiente da adaptação evolucionista; e uma igualmente notável certeza a respeito da natureza das relações sociais daqueles tempo e lugar hipotéticos. Dada a grande importância atribuída a este ambiente originário da adaptação evolucionista, é com perplexidade que constatamos a escassez de descrições ou análises de características específicas. Mas, como Fausto-Sterling nota,

Não é demais pedir aos proponentes das hipóteses da psicologia evolucionista que ao menos postulem em que ponto da história humana ou hominídea eles imaginam que os comportamentos reprodutivos contemporâneos apareceram primeiro. “Durante o Pleistoceno” é bastante vago. Qual evidência temos de que não foi mais cedo ou mais tarde?... Quais eram os constrangimentos de alimentação e dos predadores naquele momento? Material sobre estes pontos pode ser apanhado de registros arqueológicos e geológicos. Havia uma divisão de trabalho durante esse momento tão cedo da evolução? Ou as divisões do trabalho sexualmente embasadas nasceram mais tarde? (2000, p. 214).

Psicólogos evolucionistas parecem estar não apenas sem nenhuma curiosidade quanto a estas e muitas outras questões sobre a natureza de seu ambiente adaptativo original, como também sem vontade de testar suas teorias à luz da evidência que possa estar disponível no registro da evolução. Somos deixados, ao invés, a conjurar imagens da vida no Pleistoceno na savana africana à base de nossas lembranças de maquetes de museus de História Natural.

Enquanto as características específicas do ambiente adaptativo original estão totalmente ausentes, as características das relações sociais naquele ambiente são fornecidas em assombrosa especificidade, apesar de ser mínima nossa possibilidade de saber qualquer coisa a respeito destas relações.

Mas como podemos possivelmente saber em detalhe aquilo que pequenos bandos de caçadores-coletores faziam na África há dois milhões de anos? Estes ancestrais deixaram algumas ferramentas e ossos, e paleo-antropólogos podem fazer algumas engenhosas inferên-

cias a partir de tais evidências. Mas como podemos possivelmente obter a informação-chave que seria necessária para mostrar a validade das teorias adaptativas sobre um AAE<sup>6</sup>: relações de parentesco, estruturas sociais e tamanhos de grupos, diferentes atividades de machos e fêmeas, os papéis da religião, simbolização, narração de histórias e centenas de outros aspectos centrais da vida humana que não podem ser detectados em fósseis? (Gould, 2000, p. 120).

Se a adivinhar qualquer coisa sobre a organização social a partir dos registros fósseis, como poderíamos saber, a partir dos fragmentos de ossos e pedras, qualquer coisa da psicologia? É precisamente por ser o registro fóssil eterna e inteiramente mudo quanto à psicologia que os psicólogos evolucionistas podem (e devem, se querem ter uma história para contar) preencher os vazios com pormenores de sua própria lavra. Estas acabam sendo inevitavelmente estereótipos contemporâneos de psicologia de gênero projetados retroativamente na profunda história evolucionista.

A retórica da “engenharia reversa” que os P. E. empregam para explicar sua busca do presente na psicologia humana da pré-história é uma desculpa pouco adequada para um problema fundamental de evidência e sua interpretação. Se até o sexo de Lucy é assunto de debates técnicos, pretensas certezas a respeito de psiques pré-históricas inatas parecem extraordinariamente frágeis. Não é de se espantar que muitos cientistas sociais, olhando para a construção da família produzida por P. E., a vejam como embaraçosamente semelhante à dos Flintstones. O problema é que somos convidados a rir dessa família da Idade da Pedra com os costumes sexuais da América dos anos de 1950, mas a P. E. nos pede para levar seus relatos das relações de gênero seriamente em conta. (Rose, 2000, p. 141-142).

Não apenas querem que levemos esta caricatura animada a sério como se fosse uma representação fiel de nossas origens evolucionistas, também querem que acreditemos que nada mudou nos milhões de anos que intervieram. A despeito da criação e derrocada de mundos culturais de tremenda complexidade e variedade, a despeito de todo o resto que se

---

<sup>6</sup> Ambiente de adaptação evolucionista, ou “EEA” (*Environment of Evolutionary Adaptation*).



apreende e se muda na perspectiva cultural humana, querem que acreditemos que os desejos humanos, motivações, e intenções se fixaram de uma vez por todas, são inatos e herdados, e em última instância, são geneticamente programados.

Ainda assim, o mesmo modo conjectural marca o salto de asserções de universais a asserções de capacidades herdadas e inatas. Numa passagem típica, Buss nota que a “seleção sexual *poderia ter* moldado diretamente, através de milhares de gerações, mecanismos psicológicos que produzem táticas efetivas de competição de acasalamento” (1992, p. 263, grifo meu). Ou ainda: “homens contemporâneos preferem mulheres jovens porque herdaram de seus ancestrais masculinos uma preferência que visa obstinadamente esta chave ao valor reprodutivo da mulher” (Buss, 1994, p. 52). A herança de mecanismos psicológicos fixos, não cambiantes, é simplesmente afirmada, porque ela cabe à teoria e preenche o vazio daquilo que nunca poderemos saber sobre o estado social e psicológico dos humanos no Paleolítico e tudo isto através do vasto território da pré-história humana.

Enfim, os elementos mais cruciais do argumento da psicologia evolucionista – os que vinculam o comportamento contemporâneo, presumivelmente universal, a um ambiente adaptativo evolucionário ancestral e a mecanismos psicológicos inatos forjados pelas forças da seleção sexual e natural – permanecem como simples conjecturas numa narrativa de origens míticas. Contudo, ainda são narrativas poderosas que reduzem cultura a escolha individual e naturalizam a escolha individual sexualmente diferenciada num firmamento genético de origens evolucionárias.

## Os efeitos culturais da psicologia evolucionista

A despeito da fraqueza de seu argumento, psicólogos evolucionistas fornecem um relato em roupagem científica que é culturalmente convincente porque reúne em uma grande narrativa várias idéias euro-americanas dominantes – sobre as estruturas normativas de gênero, parentesco e casamento (de que homens têm recursos produtivos e mulheres têm recursos reprodutivos); sobre a lógica prevalecente da auto-maximização econômica; sobre o poder empreendedor da escolha; sobre a sobrevivência do mais apto; sobre a essência da vida residindo nas estruturas genéticas; sobre as

origens humanas nas savanas; e sobre a complexidade da vida tendo uma chave única.

Esta super-simplificação da cultura – vista como escolha sexualmente diferenciada, produto de mecanismos psicológicos inatos e não-conscientes, forjados no ambiente adaptativo evolucionário original – se encontra em explanações contemporâneas sobre um leque incrivelmente variado de atividades. Arquitetos paisagistas falam das estruturas profundas de “prospecção e refúgio” que se originaram no ambiente da savana primária e organizam nossa apreciação do *design* paisagista contemporâneo. A “nova doutrina da economia evolucionária” sugere “que muito comportamento econômico pode ser o resultado de instintos baseados na biologia para a cooperação, troca, barganha, e a punição de trapaceiros” (Wheeler, 1996, p. A8; ver também Hodgson, 1995; Koslowksi, 1999). Um novo tipo de psicoterapia, chamada “terapia do parentesco evolucionário” envolve “primeiro o reconhecimento das várias tensões desencontradas (*mismatch stresses*) que os clientes estão enfrentando (resultado de disparidades entre as circunstâncias da vida dos humanos ancestrais e modernos), e então uma ajuda gentil e compassiva para que o cliente entenda o problema, e faça os ajustes apropriados” – ajustes que presumivelmente alinham as circunstâncias da vida atual com os supostos padrões ancestrais (Bailey; Wood, 1998, p. 518). E a “sociobiologia legal” pretende que “diferenças de comportamento biologicamente baseadas em diferenças sexuais podem e devem ser usadas como base para distinções legais que estabelecem uma divisão convencional de funções por sexo” (Kay, 1990, p. 78). Podemos imaginar que a psicologia evolucionista legal não esteja muito longe desta perspectiva.

Psicólogos evolucionistas alegam que é apenas entendendo as origens evolucionárias de diferenças de gênero que nós podemos lidar socialmente com suas conseqüências: “o lado perturbador do acasalamento humano [como inveja, estupro, incesto, violência, etc.] deve ser confrontado se quisermos que suas conseqüências ásperas sejam melhoradas” (Buss, 1994, p. 5). Embora psicólogos evolucionistas enfatizem que eles querem somente nos dar um banho frio de realismo científico e não possuem qualquer agenda política (Buss, 1994; Daly; Wilson, 1998), o fato é que suas explicações têm sérias conseqüências para o modo pelo qual nós podemos pensar problemas contemporâneos de gênero, parentesco, casamento, e vida social, e ainda mais, conseqüências para o modo de resolvê-los. Aqui estão somente dois casos.

Primeiro, ao limitar o campo de determinantes das relações sociais contemporâneas a mecanismos evolucionários de preferência psicológica inata, os psicólogos evolucionistas fecham outras vias de questionamento sobre suas origens e efeitos. Eu volto ao exemplo da gênese do controle do macho sobre os recursos. Sugerir que “o controle predominantemente masculino dos recursos, no mundo inteiro, pode ser ligado, em parte, às preferências das mulheres na escolha de um parceiro” (Buss, 1994, p. 212) coloca o ônus da responsabilidade sobre a pessoa subjugada. Também torna inútil a busca de outras possíveis razões pelas quais essas estruturas de dominação surgiram e continuam a existir. Torna impossível até imaginar que outras estruturas de relações possam estar no escopo das possibilidades humanas. A afirmação de Buss, de que “as forças que originalmente causaram a desigualdade de recursos entre os sexos, isto é, as preferências das mulheres e as estratégias competitivas dos homens, são as mesmas forças que contribuem para a manutenção das desigualdades de recursos hoje” (1994, p. 213), sugere que estas forças produziram as mesmas estruturas por milênios e dificilmente poderiam realmente mudar. Isto tem conseqüências significativas para a política social que influencia estruturas políticas e econômicas de desigualdade e privilégio.

Segundo, se é inútil negar que homens e mulheres tenham herdado psicologias que evoluíram diferentemente, e que, na maior parte das vezes, estão em conflito uma com a outra, então é inútil imaginar que as características de homens e mulheres possam algum dia vir a ter outra feição. A tarefa, então, não seria transformar as qualidades de gênero de acordo com valores culturais mais igualitários e sensíveis, mas, antes, como os terapeutas familiares evolucionistas recomendam, trazer nossas características contemporaneamente engendradas de volta à sintonia com aqueles pretensos atributos de nossas irmãs e nossos irmãos das savanas. Buss esboça o programa: “[s]atisfazer os desejos evoluídos de cada um é a chave para harmonia entre um homem e uma mulher... Nossos desejos evoluídos, em suma, fornecem os ingredientes essenciais para a resolução do mistério da harmonia entre os sexos” (Buss, 1994, p. 221). Novamente, tal entendimento de gênero, parentesco e casamento, tem conseqüências significativas para uma ampla gama de políticas sociais nos domínios da lei, economia, política, e saúde.

Se a cultura consiste, como Strathern sugere, “no modo pelo qual analogias são traçadas entre coisas, no modo pelo qual certos pensamentos são usados para pensarem outros” (1992, p. 33), então a teia de analogias com as

quais a psicologia evolucionista tem tecido suas teorias é uma excelente prova da criatividade, inventividade e arbitrariedade das construções culturais. Faz uma grande diferença quais as analogias que nós usamos para tecer a teia na qual suspendemos nossas vidas enquanto seres sociais. A diferença produzida pelas analogias que a psicologia evolucionista usa é esta: se a cultura é entendida como a soma de escolhas individuais, auto-maximizantes, e se aquelas escolhas são naturalizadas na descida para um firmamento geneticizado das origens evolucionistas, então paradoxalmente esta narrativa normatizada pelo signo da escolha nos conta uma história sobre uma falta de escolha, sobre um mundo no qual as hierarquias sociais são fixas, e a criatividade humana é aniquilada. Tal narrativa não somente é cega à tremenda evidência histórica e contemporânea da criatividade humana e diversidade cultural no mundo como também restringe os tipos de vida social que nós podemos quiçá imaginar e tentar criar no futuro.

Traduzido do inglês por Ethon S. A. da Fonseca.

## Referências

- BAILEY, Kent G.; WOOD, Helen E. Evolutionary kinship therapy: basic principles and treatment implications. *British Journal of Medical Psychology*, 71, p. 509-523, 1998.
- BENTON, Ted. Social causes and natural relations. In: ROSE, Hilary; ROSE, Steven (Ed.). *Alas, poor Darwin: arguments against evolutionary psychology*. New York: Harmony Books, 2000. p. 249-272.
- BIRKHEAD, Tim. Hidden choices of females. *Natural History*, 11, p. 66-71, 2000.
- BORGIA, Gerald. Typology and human mating preferences. *Behavioral and brain sciences*, 12, p. 16-17, 1989.
- BUSS, David M. Love acts: the evolutionary biology of love. In: STERNBERG, Robert J.; BARNES, Michael L. *The psychology of love*. New Haven: Yale University Press, 1988. p. 100-118.
- \_\_\_\_\_. Sex differences in human mate preferences: evolutionary hypotheses tested in 37 cultures. *Behavioral and brain sciences*, 12, p. 1-14, 1989.
- \_\_\_\_\_. Evolutionary personality psychology. *Annual Review of Psychology*, 42, p. 459-491, 1991.

BUSS, David M. Mate preference mechanisms: consequences for partner choice and intrasexual competition. In: BARKOW, Jerome H.; COSMIDES, Leda; TOOBY, John (Ed.). *The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture*. New York: Oxford University Press, 1992. p. 249-266.

\_\_\_\_\_. *The evolution of desire: strategies of human mating*. New York: Basic Books, 1994.

BUSS, David M.; SCHMIDT, David P. Sexual strategies theory: an evolutionary perspective on human mating. *Psychological Review*, 100, n. 2, p. 204-232, 1993.

BUSS, David M. et al. International preferences in selecting mates: a study of 37 cultures. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 21, n. 4, p. 5-47, 1990.

CARROLL, Vern (Ed.). *Adoption in Eastern Oceania*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1970.

DALY, Martin; WILSON, Margo. *The truth about cinderella: a darwinian view of parental love*. New Haven: Yale University Press, 1998.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Human evolutionary psychology and animal behaviour. *Animal Behaviour*, 57, p. 509-519, 1999.

DOLGIN, Janet L. *Defining the family: law, technology and reproduction in an uneasy age*. New York: New York University Press, 1997.

EHRENREICH, Barbara. From stone age to phone age. *The progressive*, 63, n. 9, p. 17, 1999.

FAUSTO-STERLING, Anne. Beyond difference: a biologist's perspective. *Journal of Social Issues*, 53, n. 2, p. 233-258, 1997.

\_\_\_\_\_. Beyond difference: feminism and evolutionary psychology. In: ROSE, Hilary; ROSE, Steven (Ed.). *Alas, poor Darwin: arguments against evolutionary psychology*. New York: Harmony Books, 2000. p. 209-228.

\_\_\_\_\_. GOWATY, Patricia Adair; ZUK, Marlene. Evolutionary psychology and darwinian feminism. *Feminist Studies*, 23, n. 2, p. 403-417, 1997.

FIENUP-RIORDAN, Ann. *The Nelson Island Eskimo*. Anchorage: Alaska Pacific University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. *Eskimo essays: Yup'ik lives and how we see them*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Hunting tradition in a changing world: Yup'ik lives in Alaska today*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2000.

FIRTH, Raymond. *We, the Tikopia*. New York: American Book Company, 1930.

- FRANKLIN, Sarah. Biologization revisited: kinship theory in the context of the new biologies. In: FRANKLIN, Sarah; MCKINNON, Susan (Ed.). *Relative values: reconfiguring kinship studies*. Durham: Duke University Press, forthcoming.
- FRANKLIN, Sarah. *Embodied progress: a cultural account of assisted reproduction*. New York: Routledge, 1997.
- GOULD, Stephen Jay. Exaptation: A crucial tool for an evolutionary psychology. *Journal of Social Issues*, 47, n. 3, p. 43-65, 1991.
- \_\_\_\_\_. More things in heaven and earth. In: ROSE, Hilary; ROSE, Steven (Ed.). *Alas, poor Darwin: arguments against evolutionary psychology*. New York: Harmony Books, 2000. p. 101-126.
- HARAWAY, Donna J. *Modest\_Witness@Second\_Millennium.Femaleman©\_Meets\_OncoMouse™*. New York: Routledge, 1997.
- HODGSON, Geoffrey M. *Economics and biology*. Brookfield, Vermont: Edward Elgar Publishing Company, 1995.
- HOWELL, Signe. *Society and cosmos: Chewong of Peninsular Malaysia*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- KAY, Herma Hill. Perspectives on sociobiology, feminism, and the law. In: RHODE, Deborah L. (Ed.). *Theoretical perspectives on sexual difference*. New Haven: Yale University Press, 1990. p. 74-85.
- KOSŁOWSKI, Peter (Ed.). *Sociobiology and bioeconomics: the theory of evolution in biological and economic theory*. Berlin: Springer, 1999.
- KREMENTSOV, Nikolai L.; TODES, Daniel P. On metaphors, animals, and us. *Journal of Social Issues*, 47, n. 3, p. 67-81, 1991.
- LEWONTIN, Richard C. *Biology as ideology: the doctrine of DNA*. New York: Harper Perennial, 1991.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *The sexual life of savages in North-Western Melanesia*. New York: Halcyon House, 1929.
- MARKS, Jonathan. *Human biodiversity: genes, race, and history*. New York: Aldine de Gruyter, 1995.
- MILLER, Geoffrey. *The mating mind: how sexual choice shaped the evolution of human nature*. New York: Doubleday, 2000.
- MYERS, Fred R. *Pintui country, pintupi self: sentiment, place, and politics among Western Desert Aborigines*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1986.
- POLLITT, Katha. Father knows best. *Foreign affairs*, 78, n. 1, p. 122, 1999.

- RAGON, Helena. *Surrogate motherhood: conception in the heart*. Colorado: Westview Press, 1994.
- ROSE, Hilary. Colonizing the social sciences? In: ROSE, Hilary; ROSE, Steven (Ed.). *Alas, poor Darwin: arguments against evolutionary psychology*. New York: Harmony Books, 2000. p. 127-154.
- ROSE, Hilary; ROSE, Steven (Ed.). *Alas, poor Darwin: arguments against evolutionary psychology*. New York: Harmony Books, 2000.
- ROSE, Steven. Escaping evolutionary psychology. In: ROSE, Hilary; ROSE, Steven (Ed.). *Alas, poor Darwin: arguments against evolutionary psychology*. New York: Harmony Books, 2000. p. 299-320.
- SAHLINS, Marshall D. *The use and abuse of biology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1976.
- STRATHERN, Marilyn. *Reproducing the future: essays on anthropology, kinship, and the new reproductive technologies*. New York: Routledge, 1992.
- SYMONS, Donald. The psychology of human mate preferences. *Behavioral and Brain Sciences*, 12, p. 34-35, 1989.
- TRAVIS, Cheryl Brown; YEAGER, C. P. Sexual selection, parental investment, and sexism. *Journal of Social Issues*, 47, n. 3, p. 117-129, 1991.
- TOOBY, John; COSMIDES, Leda. The innate versus the manifest: how universal does universal have to be? *Behavioral and Brain Sciences*, 12, p. 36-37, 1989.
- TOOBY, John; COSMIDES, Leda. The psychological foundations of culture. In: BARKOW, Jerome H.; COSMIDES, Leda; TOOBY, John (Ed.). *The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture*. New York: Oxford University Press, 1992. p. 19-136.
- VAYDA, Andrew P. Failures of explanation in darwinian ecological anthropology: Part II. *Philosophy of the Social Sciences*, 25, n. 3, p. 360-377, 1995.
- WHEELER, David. Evolutionary economics. *The Chronicle of Higher Education*, p. A8, A12, July 5, 1996.
- WILSON, Margo; DALY, Martin. The man who mistook his wife for a chattel. In: BARKOW, Jerome H.; COSMIDES, Leda; TOOBY, John (Ed.). *The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture*. New York: Oxford University Press, 1992. p. 289-326.